

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
AI FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Discussão do salário regional avança no Parlamento

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto que institui quatro níveis salariais para trabalhadores catarinenses

Alvo de polêmica nas últimas semanas, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 30/09, que institui o salário mínimo regional para Santa Catarina, foi aprovado, dia 12, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Centrais sindicais, federações e sindicatos de trabalhadores acompanharam a reunião, que acatou o parecer do presidente da CCJ e relator, deputado Romildo Titon (PMDB).

De origem do Executivo, a proposta prevê quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores. Conforme o projeto de lei complementar, os valores propostos pelo governo do Estado, de R\$ 587,00, R\$ 616,00, R\$ 647,00 e R\$ 679,00, não substituem o salário mínimo previsto na Constituição Federal.



Alberto Neves

Páginas 4 e 5

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, deputados acatam parecer do relator, deputado Romildo Titon, favorável ao projeto do Executivo

Ministro Gallotti recebe Medalha Anita Garibaldi

Eduardo Guedes de Oliveira



Jorginho Mello e Julio Garcia com ministro e esposa

Página 3

Legislativo, TJ e TCE comemoram Dia de SC

Mirian Zomer



Autoridades na solenidade de hasteamento da bandeira

Página 7

Assegurados recursos para aeroporto de São Joaquim

Páginas 4 e 5

Estádios deverão ter sistema de vigilância

Páginas 4 e 5

Jornalista Ethevaldo Siqueira profetiza fim da TV aberta e dos jornais impressos

Páginas 4 e 5

OPINIÃO

Agenda de trabalho confirmada

Por sua dinâmica e temporalidade, a atividade pública nos reserva gratas surpresas, que acabam por acrescentar aos compromissos assumidos com o cidadão em particular e os interesses da sociedade de modo amplo, componentes de renovada motivação e convite para novos desafios que, certamente, irão nos exigir ainda mais dedicação e responsabilidade. Refiro-me, particularmente, à oportunidade que me foi dada pelo meu partido, o PMDB, em consonância às regras regimentais do Poder Legislativo e às normas do Tribunal Regional Eleitoral para exercer, na plenitude, o mandato interino de deputado estadual nos últimos 18 meses.

Neste período, não medi esforços para manter-me sintonizado aos anseios da sociedade, participando, ativamente, de grandes debates e importantes votações em pauta no Parlamento, além de apresentar 39 proposições pertinentes a assuntos e temáticas

relevantes, envolvendo questões de saúde, segurança, educação, cultura e meio ambiente. Permito-me destacar o projeto de lei que trata sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais destinarem resíduos de óleo de cozinha a processo de reciclagem, e o que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vigilância eletrônica nas arenas de multiuso e estádios de futebol. De igual forma, sinto-me gratificado por ter contribuído no aperfeiçoamento da lei do gerenciamento costeiro.

Não foi menor a satisfação de ter aprovação do Parlamento para outro projeto relevante, que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre essa síndrome, responsável por grande número das doenças associadas à deficiência mental, identificada com avanços da Biologia Molecular a partir de 1991 e, por esta razão, justificada a importância

de levar ao público esclarecimento e orientação sobre seus sintomas e formas de tratamento.

Agora, com a posse do eminente ex-deputado Herneus de Nadal como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, assumi a titularidade do mandato, condição que me permitirá assumir na integralidade novas responsabilidades, como, por exemplo, o desafio de presidir os trabalhos da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul. Com ânimo renovado e experiência adquirida no decurso de minha vida pública, vou procurar desenvolver com a equipe de colaboradores, lideranças, amigos e companheiros de jornada um trabalho cada vez mais intenso e comprometido com a qualidade de vida da gente da região da grande Florianópolis e municípios de minha representatividade política.

Deputado Edison Andriano (PMDB)

Plano de Aceleração de Campanha

Onde está a aceleração do Crescimento (PAC) cantado em prosa e verso pelo governo federal quando em seu lançamento em 2007? Passados quase três anos e a aceleração prometida pelo presidente Lula e sua equipe da Casa Civil não aconteceu. Ela empacou!

Mostrou que na verdade é Plano de Aceleração de Campanha (PAC). Estudos recentes realizados pela Fiesc comprovaram que a aceleração prometida empacou antes de apresentar qualquer resultado. Tudo não passou de um factóide, lançando a candidata do presidente Lula - ministra Dilma Rousseff.

Pouco mais de um terço do dinheiro a ser aplicado nas obras de logística de transporte contempladas pelo tal PAC foi efetivamente investido até agora. Entre 2007 e este ano, o valor esperado para infraestrutura era de R\$ 1,9 bilhão. Chegaram efetivamente a SC apenas R\$ 693 milhões, 35,44% do programado. São números

incontestáveis.

Na contramão da realidade, o presidente Lula e sua candidata não cansam de mostrar obras com números mascarados e que não estão sendo executadas a contento. O que está acontecendo é que o governo federal tenta esconder a má gestão ou a má intenção.

Como que em um duelo retórico e ideológico, o presidente Lula e a ministra insistem nesta campanha descarada. Quem não lembra em fevereiro deste ano, durante o encontro nacional dos novos prefeitos e vereadores em Brasília? Lá, a dupla aproveitou para subir no palanque. Ocasão em que foi possível testemunhar mais pérolas verborrágicas do presidente Lula, tais como: "cortaremos o batom da Dilma, o corte de minha unha, mas não cortaremos nenhuma obra do PAC".

Não vi o corte do batom de Dilma, nem das unhas de Lula. Por outro lado, ainda aguardo a am-

pliação do terminal do Aeroporto Hercílio Luz; da ampliação da BR-282, entre São José do Cerrito a Campos Novos; da construção e da pavimentação dos trechos entre São Miguel do Oeste e Paraíso e de Lages até São José do Cerrito; da duplicação da BR-280, no trecho São Francisco a Jaraguá do Sul, do Aeroporto de Joinville; da duplicação da BR-270 no trecho entre Navegantes e Blumenau; da obra ferroviária na BR-470; da ferrovia litorânea; da duplicação da BR-101; da via expressa do Porto de Itajaí; e outras tantas obras prometidas e não cumpridas.

Tudo isso me faz chegar à seguinte conclusão: O governo Lula é o governo da maquiagem, da mentira repetida múltiplas vezes para virar verdade, como ensinam marqueteiros bem sucedidos, tipo Duda Mendonça.

Deputado Marcos Vieira (PSDB)

Exposição homenageia embarcações pesqueiras

A importância dos botes, bateiras, baleeiras, canoas e objetos do cotidiano dos pescadores do litoral catarinense são destaques na exposição "Viração", da artista plástica Lilian Martins. As obras ficam expostas até o próximo dia 21 de agosto na Hall da Assembleia.

O tema da exposição – Viração – foi escolhido porque o termo significa a mudança rápida das condições do mar. De acordo com a artista, a mostra propõe a reflexão sobre a mudança do olhar perante as embarcações. "Do todo aos detalhes, ou de uma parte para seu contexto geral. A representação figurativa

das embarcações tem foco no desgaste da pintura, que deixa aparentes as cores de outras temporadas. É lindo." A artista plástica ainda destaca outros aspectos utilizados por ela como inspiração nas obras, como a tinta descascada, as marcas da água, da ferrugem e do sal.

Lilian Martins, que utiliza a técnica de óleo sobre tela, desenvolveu sua pesquisa visual das embarcações de pesca artesanal do litoral catarinense, destacando as cidades de Balneário Camboriú, Itajaí, Bombinhas, Porto Belo, Barra Velha, Laguna, Governador Celso Ramos e Florianópolis.

Eduardo Guedes de Oliveira



Público confere telas da artista plástica em exposição na Assembleia

[AGENDA]

Prevenção à Gripe A cancela e adia eventos

Os eventos programados de 14 de agosto a 22 de setembro foram cancelados ou transferidos como medida preventiva contra a Gripe A. No dia 12, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), anunciou uma série de medidas adotadas pelo Parlamento para conter o avanço da doença. Entre elas, o cancelamento de audiências públicas, palestras e exposições como forma de evitar a aglomeração de pessoas. Estão mantidas as sessões plenárias e reuniões nas comissões. Leia mais na página 8.

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Com aprovação unânime dos deputados, sessão especial reconhece trabalho de magistrado catarinense, que começou carreira em Rio do Sul e chegou a ministro do STJ

Parlamento presta homenagem a Gallotti

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que se aposentou no dia 3, também recebe Medalha de Mérito Anita Garibaldi



Presidente Jorginho Mello e deputado Julio Garcia com o ministro e esposa

Tatiani Magalhães

Por proposição do deputado Julio Garcia (DEM) e aprovação unânime dos demais parlamentares, a Assembleia Legislativa realizou, dia 11, uma sessão especial em homenagem ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Benjamin Frago Gallotti. O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) prestigiou a solenidade e aproveitou para entregar ao homenageado a Medalha Anita Garibaldi.

O presidente do Poder Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), conduziu a solenidade e entregou a placa do Legislativo ao homenageado. "A homenagem simboliza o reconhecimento ao ilustre ministro do STJ, por

sua relevante contribuição para o Estado de Santa Catarina", explicou Jorginho Mello.

Julio Garcia ressaltou o merecimento do ministro Paulo Gallotti em receber a honraria. "Além de um grande magistrado, que orgulha o estado, Paulo é um grande pai, marido, amigo e companheiro para todas as horas. Afável no trato, é referência e exemplo de vida para os que têm o privilégio da sua amizade", enfatizou.

Em nome das bancadas com assento no Parlamento, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) falou sobre a trajetória de Gallotti e a importância do seu trabalho.

Com a assinatura de sua aposentadoria no último dia 3, Gallotti volta ao estado, aonde cultivou

durante toda sua carreira um ótimo relacionamento com diversos segmentos da sociedade. "A mescla do homem culto, do saber acumulado em bancos acadêmicos e em cursos de especialização, e o convívio saudável, inteligente com as ruas de nossas cidades, fez com que o ministro Gallotti sempre mantivesse a sensibilidade fundamental ao exercício de suas elevadas funções públicas", ressaltou Aguiar.

Criada em Santa Catarina, em abril de 1972, a Medalha de Mérito Anita Garibaldi é entregue pelo Executivo a pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham se destacado de forma notável e relevante para o engrandecimento do povo catarinense.

Governador destaca trajetória ímpar de catarinense

O governador Luiz Henrique lembrou da amizade com Paulo Gallotti, que teve início ainda nos tempos da escola. "Essa é uma homenagem singela para uma pessoa merecedora de inúmeras homenagens. Estamos falando de um cidadão, homem público que acima de tudo sempre honrou com os seus compromissos e deveres para com o Estado, valorizando a magistratura, mantendo a consciência da lei, e jamais desprezando uma das suas maiores qualidades: o bom senso."

Paulo Gallotti recebeu a placa das mãos do presidente Jorginho Mello e do deputado Julio Garcia. Ao agradecer a homenagem, bem como o reconhecimento e o carinho dos amigos e familiares presentes, ele falou de sua trajetória.

"Essa é uma oportunidade gratificante que estou tendo de dividir com as pessoas que me ajudaram, de forma direta ou indireta, a construir minha história. Durante minha trajetória passei por muitos municípios

como juiz e juiz substituto, estive fora de Santa Catarina porque foi necessário, mas agora estou retornando ao Estado que tanto amo", destacou.

Também participaram da solenidade os deputados Elizeu Mattos (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Romildo Titon (PMDB), Gelson Merísio (DEM), Cesar Sousa Júnior (DEM), Serafim Venzon (PSDB), Professor Sérgio Grando (PPS), Joares Ponticelli (PP), Padre Pedro Baldissera (PT), Edison Andrino (PMDB), Dionei Walter

da Silva (PT), Giancarlo Tomelin (PSDB), Narciso Paraizotto (PTB), Moacir Sopelsa (PMDB), José Pereira Natal (PSDB), o vice-governador Leonel Pavan (PSDB), o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PMDB), e autoridades do judiciário catarinense.

História

Natural de Canoinhas, Gallotti formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e deu início a sua carreira

em outubro de 1971, na condição de juiz substituto em Rio do Sul. Com uma carreira brilhante que durou 38 anos, Gallotti passou por várias comarcas e em 1995 foi promovido a desembargador, tornando-se, em 1999, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Gallotti atuou como presidente da 3ª Seção – Biênio (6/2008 – 6/2010), e é membro da 6ª Turma e da Corte Especial, da Comissão de Regimento Interno e dos Conselhos de Administração e da Justiça Federal.

GERAL



Solon Soares

Moradores de Palhoça e trecho não duplicado da 101 estão isentos da taxa

Parlamentares querem ver cumprida a isenção de pedágio

O não cumprimento da Lei Estadual nº 14.284/09, promulgada dia 4 pelo presidente do Poder Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), vem gerando revolta e manifestações em Santa Catarina, em especial entre os moradores de Palhoça, na Grande Florianópolis. De autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), o projeto que deu origem à nova lei determina a isenção para todos os veículos emplacados nos municípios onde estejam instaladas praças de cobrança de pedágio das rodovias federais BR-101 e BR-116.

Com a publicação no Diário Oficial no dia 4, a lei entrou em vigor para atender as reivindicações não apenas dos moradores de Palhoça, mas para os cidadãos do Sul do estado, direito assegurado pela emenda substitutiva global do deputado

Joares Ponticelli (PP), apensada ao PL de origem. Porém a nova legislação está sendo ignorada pela empresa multinacional OHL Brasil, que alega que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) classificou a lei como inconstitucional e orientou o seu não cumprimento.

Os parlamentares diretamente envolvidos com a lei solicitaram que o presidente Jorginho Mello peça à Procuradoria Jurídica da Casa medidas que obriguem o cumprimento da lei, exigindo respeito ao Legislativo. Para Júnior, o posicionamento da ANTT é inaceitável, uma vez que se trata apenas de uma agência reguladora. "Ela está agindo como se fosse um tribunal. O que vemos é um órgão federal determinando sobre o cumprimento de uma lei estadual", mencionou.

CCJ autoriza projeto que institui salário mínimo regional

Proposta do Executivo que cria quatro níveis para diversas categorias de trabalhadores segue para análise na Comissão de Finanças, que designou deputado Manoel Mota como relator

Andreza de Souza

Na presença de representantes das centrais sindicais, federações e sindicatos de trabalhadores, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, por unanimidade, dia 11, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 30/09, que institui o salário mínimo regional para Santa Catarina. Os parlamentares acataram o parecer do presidente da CCJ e relator, deputado Romildo Titon (PMDB).

Enviada pelo Executivo, a proposição está dividida em quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores. Conforme o conteúdo, os valores propostos pelo governo do Estado, de R\$ 587,00, R\$ 616,00, R\$ 647,00 e R\$ 679,00, não substituem o salário mínimo previsto na Constituição Federal. Os pisos salariais serão aplicados à carga horária máxima constitucionalmente permitida ou estabelecida pelo empregador e, exclusivamente, aos empregados

que não tenham salário definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Na Comissão de Finanças e Tributação, no dia 12, o deputado Manoel Mota (PMDB) foi designado relator da matéria.

Satisfeitos com a iniciativa, os deputados Dionei Walter da Silva e Dirceu Dresch (PT), Elizeu Mattos (PMDB), Cesar Souza Júnior e Jean Kuhmann (DEM) destacaram a importância do projeto na reunião.

Os petistas, no entanto, questionaram a falta de um artigo prevendo o mês para o reajuste salarial. "Toda lei salarial precisa ter uma data anual para revisão", frisou Dionei. "Ative-me à análise da constitucionalidade e legalidade do projeto. Esse debate será realizado nas comissões de mérito", respondeu Titon.

Histórico

O presidente da Assembleia



Alberto Neves

Representantes de centrais sindicais acompanham reunião da CCJ, que deu sinal verde para matéria

Legislativa, Jorginho Mello (PSDB), recebeu o PLC na tarde dia 10 de julho, sob regime de urgência, das mãos dos secretários de Estado da Coordenação e Articulação, Valdir

Cobalchini, da Fazenda, Antônio Gavazzoni, e pela secretária da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva Dias. Em documento, Dalva afirmou

que a medida "representa um instrumento extraordinário na redistribuição de renda e na vida dos trabalhadores; um mecanismo de combate à pobreza".

Arenas de multiuso, ginásios e estádios deverão ter sistema de vigilância

Na sessão do dia 12, os deputados aprovaram o Projeto de Lei nº 290/08, de autoria do deputado Edison Andriano (PMDB), que trata da obrigatoriedade da instalação de sistema de vigilância, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas de multiuso, ginásio desportivos e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais. As câmeras de vídeo deverão oferecer cobertura visual simultânea de todas as áreas onde haja concentração de público.

Conforme o parlamentar, a medida deve ser tomada para coibir a violência que se manifesta nestes locais. Para resolver o problema, alguns clubes de futebol já vêm adotando a instalação de sistemas de câmeras de vídeo que facilitam a identificação dos que praticam atos violentos.

"A experiência tem demonstrado que a medida é eficaz na redução da violência nos estádios de futebol", disse Andriano.

O projeto recebeu emenda substitutiva global do deputado Cesar Souza Junior (DEM) que diz que os responsáveis pela administração das arenas multiuso, ginásios desportivos e estádios de futebol terão 180 dias, a contar da entrada em vigor da lei, para cumprir a decisão.

A emenda ainda garante que o espectador flagrado em situação

delituosa será entregue à autoridade policial presente no evento ou, em sua ausência, à delegacia mais próxima, para adoção das providências legais cabíveis. O descumprimento da lei acarretará ao infrator as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, assim como aquelas definidas pelo Estatuto do Torcedor.

Mirian Zomer



Andriano: coibir a violência com base nas experiências bem-sucedidas

Recursos para Aeroporto de São Joaquim

O Projeto de Lei nº 260/09, aprovado na sessão ordinária do dia 12, garantiu recursos para adequação e melhoria da infraestrutura do aeroporto de São Joaquim, no Planalto Serrano.

Embora o valor de R\$ 6 milhões já tivesse sido disponibilizado, era preciso a rubrica orçamentária. Por isso, o Executivo enviou a matéria alterando a programação física financeira do Plano Plurianual (PPA 2008/11), abrindo crédito especial à Secretaria da Infraestrutura, executora da obra.

O líder do governo e deputado com base na região, Elizeu Mattos (PMDB), comemorou a aprovação do projeto em Plenário. Segundo Elizeu, a obra vai ser mais um estímulo ao desenvolvimento econômico regional, fortemente centrado em atividades como vitivinicultura (produção de uva e vinhos) e de produção de frutas de clima temperado.

Quando concluída, lembrou o

parlamentar, a obra vai atender a necessidade de deslocamento dos empresários da região. "Será um aeroporto para aeronaves de pequeno porte, numa obra que também contará com recursos federais", comentou Elizeu. A licitação para a obra já foi realizada.



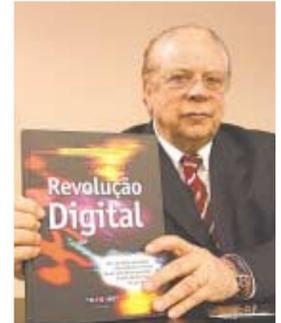
Elizeu: desenvolvimento regional

Jornalista defende qualificação

Rose Mary Paz Padilha

Considerado um dos mais renomados profissionais do país na área de tecnologias da informação e mundo digital, o jornalista Ethevaldo Siqueira ministrou palestra dia 11 no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, sobre "O Papel da Mídia na Sociedade do Conhecimento". Diante de jornalistas e estudantes de comunicação social, professores universitários e profissionais do segmento tecnológico, Ethevaldo Siqueira defendeu a qualificação dos jornalistas nas áreas em que trabalham, para a produção de um jornalismo de qualidade, comprometido com a verdade.

A promoção foi da Associação Catarinense de Imprensa (ACI) e Sapiens Parque, com o apoio do Parlamento. O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), destacou a importância da palestra. "Não sabemos o que está por vir, aonde essa tecnologia vai nos levar, o que torna imperativo a busca pelo conhecimento", afirmou.



Ethevaldo: evolução do mundo

Ethevaldo Siqueira vislumbra, para um futuro próximo, "o fim do jornalismo impresso e da TV aberta, e a hegemonia da TV por assinatura; o triunfo da internet; o turismo virtual como subproduto do home theater; a fusão da educação e do conhecimento e o uso intensivo da internet para lazer internacional". No painel realizado ao final da palestra, alguns jornalistas discordaram da projeção sobre o fim do jornalismo impresso, a exemplo da expectativa do fim do rádio, previsto há muitos anos

e que não ocorreu.

Previsões à parte, Siqueira enfatizou que o jornalista do futuro deve dar ao leitor entusiasmo pela inovação. "Que ele ajude a fazer a sociedade em parceria com o cientista. Além da cultura geral e da consciência ética, é essencial que ele estude a vida toda sobre a área que escreve. Caso contrário, será um escrevinhador de notícias", alertou.

Na palestra, o jornalista fez uma viagem ao tempo até o século 20, que segundo ele, consolidou a "terceira revolução industrial", com a invenção do rádio. A partir daí, o jornalista destacou a evolução do mundo, transformado numa plataforma digital cada vez mais avançada. Segundo ele, nenhuma tecnologia se expandiu quanto o celular, que hoje tem multiplicidade de funções. No cenário tecnológico, algumas alavancas transformaram a mídia e a vida humana, entre elas a microeletrônica, o computador, o software, a internet, o wireless, a fibra óptica, a biotecnologia e a nanotecnologia.

Assinado termo de cooperação técnica

Antes da palestra do jornalista Ethevaldo Siqueira, foi firmado um convênio de cooperação técnico-científica entre o Sapiens Parque, incubadora tecnológica, e a Associação Catarinense de Imprensa (ACI). O ato foi prestigiado pelo presidente da As-

sembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB)

Assinaram o convênio o presidente do Sapiens Parque, Saulo Vieira, o presidente e da ACI, Ademir Arnon, que destacou a aproximação dos profissionais da comunicação social do estado com a tecno-

logia de informação.

"Esta rede iniciada hoje está envolvida com o futuro dos profissionais da imprensa de Santa Catarina", frisou o dirigente. O objeto do convênio é possibilitar a integração entre a mídia e os setores que geram tecnologia e inovação.

Deputado na marcha de Honduras

A Marcha Nacional de Resistência Popular que pede a volta do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, contou com a participação do líder do PDT na Assembleia Legislativa, deputado Sargento Amauri Soares, que durante a semana esteve em Tegucigalpa, capital do país. O político hondurenho foi retirado da presidência por um golpe militar em 28 de junho deste ano.

Em entrevista à Rádio Alesc Digital, dia 12, o parlamentar falou que a participação popular a favor de Zelaya está acontecendo de forma espontânea. "Essa manifestação é a vontade legítima de protestar contra o golpe de Estado e de requerer o retorno do presidente", disse Soares.

Ele contou que mais de 50 mil pessoas se concentraram durante o a marcha na Tegucigalpa. Saindo da Avenida João

Paulo II, uma das principais vias da cidade, os participantes seguiram em direção ao palácio do governo e foram interrompidos por uma barreira feita pela polícia e pelo exército. Lá permaneceram aproximadamente por duas horas, antes de se reunirem em assembleia na Universidade Pedagógica Nacional. "No final, algumas pessoas mais exaltadas, que queriam passar pelo cordão policial, jogaram pedras contra estabelecimentos comerciais, principalmente de origem estrangeira, como McDonald's e o banco HSBC."

Como integrante da delegação brasileira em Honduras, Soares ressaltou a boa acolhida daquele povo aos brasileiros. "Levantamos a bandeira brasileira no meio da multidão e tivemos uma recepção calorosa. Somos reconhecidos pelo futebol e pela posição do presidente Lula, que está apoiando o retorno de Zelaya ao governo", concluiu. Já em San Pedro Sula, principal distrito industrial do país, não foi possível estimar o número de manifestantes.



Sargento Soares: resistência

INSTITUCIONAL

Sessão destaca Banda Matusa de Criciúma

Com trajetória de 32 anos, grupo musical tem atuação histórica em bailes na região Sul catarinense

Andréa Leonora

A sessão solene de homenagem à Banda Matusa, dia 6 à noite, em Criciúma, lotou as dependências do Teatro Elias Angeloni. Requerida pelo deputado José Paulo Serafim (PT), a solenidade foi aprovada por unanimidade em Plenário. Criada há 32 anos, a banda é conhecida em toda a região e sua trajetória mistura-se com a história pessoal de milhares de pessoas. "O evento foi inédito na Assembleia que pela primeira vez homenageou um grupo musical com as características da Matusa, uma banda de baile", comentou o parlamentar.

Em seu discurso, Serafim destacou a trajetória da banda. "Eu tinha apenas 18 anos quando conheci a Banda Matusa e o que vi nesse tempo foi o aprimoramento da qualidade musical do grupo e seus bailes ficando cada vez mais cheios", contou. Num clima descontraído, o parlamentar pediu que levantassem as mãos os presentes que já haviam participado de bailes do Matusa.

"Praticamente todos ergueram as mãos. Isso prova o sucesso e a popularidade deles. Se estivéssemos num espaço mais popular, como a praça central da cidade, teríamos milhares de mãos levantadas."

O prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, lembrou que o nome Matusa, referência ao personagem bíblico Matusalém, foi escolhido pelo criador do grupo, Benedito Gomes, morto no ano passado. "Foi a forma de expressar o desejo de que a banda tivesse vida longa. E ele foi preciso ao escolher este nome, porque aí está a Banda Matusa, um grande grupo musical recebendo, agora, uma justa homenagem."

O deputado Valmir Comin (PP) parabenizou o deputado petista

pela homenagem. Para ele, a Banda Matusa é "agente de resgate e valorização da cultura local, da música e das tradições de Criciúma".

Na mesma linha, o deputado Décio Góes (PT) destacou que a presença de autoridades era uma comprovação do prestígio e da amplitude do grupo musical. Ele lembrou seu tempo de namoro, noivado e casamento, o nascimento de seus filhos, o início da carreira de arquiteto e, mais tarde, já como prefeito de Criciúma, bem como agora, momento em que cumpre o mandato na Assembleia. "Em todo este tempo a Banda Matusa esteve presente, mexendo com nossas emoções, muitas vezes deixando de curtir suas próprias famílias para garantir a alegria de seu público."

Já o deputado Dionei Walter da Silva (PT), de Jaraguá do Sul, admitiu não conhecer os homenageados e justificou sua presença: "Qualquer ação para homenagear a cultura de Santa Catarina, a arte e a beleza, atividades que geram renda e emprego e nem sempre são valorizadas, merece a participação e o aplauso de todos nós."

Além da expressiva presença do público, a atividade também teve prestígio político, com a participação dos deputados Comin, Góes e Dionei. Participaram ainda os prefeitos de Criciúma; de Pedras Grandes, Antônio Felipe Sobrinho (PMDB), de Forquilha, Vanderlei Alexandre (PP), e de Siderópolis, Douglas Gleen Warmling, também do PP, do secretário de Desenvolvimento Regional da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), Luiz Fernando Cardoso, representante do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e de vereadores, representados por Ivan Roberto Westphal, vereador do PT de Criciúma.



Proponente da solenidade, deputado José Paulo Serafim reforça marca histórica da solenidade

Integrantes recebem placas comemorativas

Os componentes da Banda Matusa receberam placas comemorativas da Assembleia Legislativa: Valdemar (Neném), Paulo, Jorge, Cleverson, Alexandre e André, todos da família Cândido, e ainda Gisele Selau Berto, Jovani João da Silva e Evandro Cipriano.

Mas um dos momentos mais emocionantes foi quando Alzira Piccolo Cândido, de 80 anos, e Alonir Cândido, 77 anos, subiram ao palco para serem homenageados. O público aplaudiu de pé, e por um longo tempo, os pais e grandes incentivadores de Neném, Paulo, Jorge e Cleverson, e avós de Alexandre e André, filhos de Neném.

Para falar em nome da banda

foi chamado Cláudio Gomes, filho de Benedito. "O mais lógico era que um dos integrantes da família Cândido estivesse aqui para agradecer por esta homenagem. Mas eles me pediram que cumprisse esse papel porque estavam certos de que não segurariam a emoção e as lágrimas. Eles são assim. Fazem tudo com amor e por isso chegaram aonde chegaram", explicou.

Ele disse que os componentes da Banda Matusa são sinônimo de obstinação e dedicação. Tanto que 80% de tudo o que o grupo arrecada são reinvestidos em inovação tecnológica. "Quando meu pai passou a banda para o Neném, sabia que estava entregando a Matusa para uma pessoa super

competente. Só não sabia que essa competência elevaria a banda à importância que tem hoje."

Após o encerramento da sessão solene, a Banda Matusa fez uma breve apresentação, com um pout pourri de clássicos dos anos 60, 70, 80 e 90, além de sucessos atuais. O show foi brevemente interrompido para que Paulo agradecesse ao Legislativo pela homenagem recebida, especialmente ao deputado José Paulo Serafim. "Quando éramos mais jovens, nossa mãe dizia que queria que vencessemos na vida de forma honesta, mas de maneira menos sofrida que eles. Pai, mãe, estamos aqui. Conseguimos", disse emocionado.



Nome da banda é uma homenagem ao personagem bíblico, Matusalém

Saiba mais

A Banda Matusa realiza, em média, 15 bailes por mês. A maior parte das apresentações ocorre nos municípios no litoral entre Torres (RS) e Florianópolis, quase todos os do interior do estado e também em alguns municípios serranos. O grupo Matusa já esteve em Boston, onde, em 2005, realizou dois shows no Clube Lido para os brasileiros que moram naquela região dos Estados Unidos.

Hoje o grupo é uma empresa

formal que tem uma carreta, instrumentos musicais e equipamentos de luz e som de última geração e televisores de plasma que compõem o palco para transmissão de vídeos ou imagens do grupo. A preocupação com a qualidade é constantemente reconhecida também por outros artistas e grupos musicais. A Banda Matusa já foi convidada para fazer a abertura dos shows de Ivete Sangalo (duas vezes), Victor & Léo (duas vezes), Leonar-

do, Banda Calypso, César Menotti & Fabiano, Chitãozinho & Xororó, Bruno & Marrone, Inimigos da HP, Exaltasamba, Grupo Revelação, Tchê Garotos (duas vezes), Skank, Papas da Língua, Jeito Moleque, Nenhum de Nós, Armandinho, Latino, entre outros.

Durante o coquetel realizado após o show foram distribuídas cópias do primeiro CD do grupo, com o título "Banda Matusa: sempre Música", contendo 14 músicas próprias e inéditas.

INSTITUCIONAL

Assembleia, Tribunal de Justiça e TCE celebram o Dia de Santa Catarina

Data é marcada pela transferência da manutenção e hasteamento da bandeira do Estado para o TJ



Miran Zomer

Presidente Jorginho Mello com presidentes do TJ, João Eduardo Varella, e presidente do TCE, José Carlos Pacheco

A Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça (TJ) e o Tribunal de Contas (TCE), presididos pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), pelo desembargador João Eduardo Souza Varella, e pelo conselheiro José Carlos Pacheco, respectivamente, realizaram, dia 11, solenidade alusiva à Comemoração do Dia do Estado de Santa Catarina, na Praça Tancredo Neves, em Florianópolis. Participaram da solenidade os alunos do Colégio Militar Feliciano Nunes Pires, que hastearam a bandeira.

No ato, a Assembleia passou os cuidados de manutenção e hasteamento da bandeira da Praça para o Tribunal de Justiça, com a assinatura, pelos presidentes das três instituições, do Termo de Compromisso para transferência de responsabilidade. O "Dia de Santa Catarina", antes comemorado em 25 de novembro, teve sua data alterada para 11 de agosto por iniciativa da ex-deputada Simone Schramm (PMDB), em janeiro de 2004. Foi

no dia 11 de agosto de 1738 que a Coroa de Portugal criou a Capitania de Santa Catarina.

De 2004 a 2007, o TCE assumiu a responsabilidade de zelar pela bandeira - uma responsabilidade do Executivo até a sua transferência para o Centro Administrativo. Em 2007, o TCE propôs o revezamento com o TJ e a Assembleia, que ficou responsável até 2009.

Ao transferir a missão ao presidente do TJ, Jorginho Mello ressaltou a importância de solenidades cívicas. "Momentos como este precisam ser resgatados, ainda mais em um estado vencedor como o nosso, que serve de exemplo para o Brasil", enalteceu.

Varella recebeu a guarda por um ano e assumiu o compromisso pelos cuidados. "Recebo em nome do Tribunal de Justiça esta bandeira, a honra e o orgulho do nosso Estado. O patriotismo é altamente gratificante", comentou. A cerimônia foi acompanhada pelo Coral do TCE.

Rio do Sul participa de Ciclo de Formação Política

A primeira etapa do "Ciclo de Debates sobre Formação Política" de 2009, realizada dia 7 em Rio do Sul, atraiu 98 participantes, entre presidentes de câmaras, vereadores e assessores parlamentares. Promovido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí (Ucavi), a reunião teve objetivo de possibilitar a troca de experiências e contribuir para a atualização do exercício do mandato parlamentar.

Presente na abertura, o deputado Jailson Lima (PT), representando o deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente do Legislativo, destacou

a importância da iniciativa. "Enquanto não trabalharmos o assunto com profundidade, continuaremos pagando o preço do descrédito da classe política."

Rogélio Barchetti Urrêa, ex-vereador e prefeito da cidade de Avaré (SP), abriu os debates com o tema "O Papel do Vereador", defendendo a popularização da câmara municipal. O economista e especialista em Políticas Públicas, Adelar Stolf, falou sobre "Orçamento Público". O tema "Processo Legislativo" foi tratado pelo consultor da Assembleia, Eptácio Bittencourt Sobrinho. Fábio Matias Polli, consultor do Legislativo, falou sobre "Técnica Legislativa".

Divulgação



Presidentes de câmaras, vereadores e assessores assistem às palestras



Divulgação

Presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira, comanda reunião em Lages

Lages debate rumos da educação em Santa Catarina

Os projetos de Lei Complementar (PLCs) 13 e 14/09, que tratam da municipalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Estado, voltaram a ser debatidos dia 10 em audiência pública em Lages. Foi o segundo encontro promovido pela Comissão de Finanças e Tributação sobre os projetos - o primeiro foi em Chapecó no dia 3. O terceiro estava previsto para o dia 17 na Capital, mas foi cancelado em virtude da Gripe A.

Cerca de 300 pessoas, entre prefeitos, vereadores, educadores e representantes de entidades ligadas à educação,

participaram da reunião.

Na condição de presidente da comissão e relator do PLC 14, o deputado Marcos Viera (PSDB) defendeu a importância das audiências, uma vez que os PLCs, de autoria do Executivo, vêm gerando questionamentos. O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), lembrou que os PLCs chegaram à Casa em junho em regime de urgência. Por a uma decisão unânime dos parlamentares, a matéria foi retirada de pauta para ser debatida e aprimorada. "De forma alguma queremos reduzir ou retirar direitos dos educadores", afirmou.

O diretor-geral da Secretaria Estadual da Educação, Silvestre Heerd, afirmou que, com a municipalização, a educação só tem a ganhar, garantindo direitos dos professores.

Para Sirlei da Silva Rodrigues, presidente do Fórum dos Municípios da Região Serrana, "a é uma iniciativa falida". "O que vimos com a municipalização de algumas escolas foram perdas. Tivemos, no último ano, uma perda de R\$ 1,2 milhão do Fundeb com abertura de 730 vagas novas. Em 2008, tínhamos 14 mil alunos e atualmente estamos com cerca de 15 mil alunos", comentou.

COMUNIDADE

Assembleia suspende audiências e palestras para evitar Gripe A

Presidente anuncia medidas para conter avanço da doença, que já matou seis pessoas em Santa Catarina

Graziela May Pereira

A Assembleia Legislativa está tomando novas iniciativas para combater a Gripe A (H1N1). As medidas, definidas em conjunto pelos líderes dos partidos da Casa, objetivam evitar a transmissão do vírus da nova gripe no Parlamento, que recebe em médias 800 pessoas por dia. Elas foram anunciadas, dia 12, em coletiva à imprensa, pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB). Até o momento, conforme o presidente, foram dispensados três servidores que apresentaram os sintomas da doença, mas nenhum caso foi confirmado.

Entre as medidas, a suspensão, entre 14 de agosto e o dia 22 de setembro (primeiro dia da primavera), de todos os eventos da Casa onde haja aglomeração de pessoas, como audiências públicas, palestras e exposições. As servidoras grávidas, consideradas suscetíveis a contrair o vírus, estão dispensadas do trabalho, sem prejuízo financeiro.

Ficam mantidas as sessões ordinárias e as reuniões de comissões permanentes. Uma nova reunião de líderes deverá ser realizada para decidir sobre matérias que necessitam de debate público, para definir se serão ou não sobrestadas. "Os trabalhos legislativos transcorrerão normalmente. Nenhuma matéria ficará prejudicada. Ainda vou me reunir com as lideranças para discutir a necessidade de alguma matéria ser debatida em audiência pública", disse o presidente.

Cardápio

Outra ação anunciada foi a solicitação às nutricionistas que trabalham no restaurante da Casa para que elaborem um cardápio com alimentos que auxiliem no aumento da imunidade dos servidores que almoçam no local.

De acordo com o presidente, as medidas tomadas têm a finalidade de minimizar a angústia da população. "Isso não vai resolver, mas vai diminuir a tensão. Esse é



Jorginho Mello explica que Legislativo retomará atividades normais a partir da primavera

o nosso papel, evitar as aglomerações é o mínimo que podemos fazer. Temos que evitar as grandes concentrações", completou.

A fixação de folders explicativos sobre a Gripe A e a

instalação de álcool gel no hall e em vários pontos da sede do Parlamento também foram adotadas como forma de evitar a disseminação da doença.

A nova gripe já foi declarada

pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia nível 6, a mais elevada na escala. Até o dia 12, 27 cidades catarinenses já haviam declarado situação de emergência por conta da Gripe A.

Veículos do Parlamento intensificam campanha

Os veículos de Comunicação Social do Parlamento catarinense intensificam a campanha de prevenção à Gripe A. TVAL, Rádio ALESC Digital, jornal AL Notícias, as reportagens do site da Casa Legislativa e os boletins diários de notícias estão apresentando programas e matérias de esclarecimento à população.

O programa Parlamento em Debate, da TVAL, traz nesta semana as orientações do secretário de Estado da Saúde, Luiz Eduardo Cherem, do diretor da

Vigilância Epidemiológica do Estado, Luis Antonio Silva, e da representante da equipe epidemiológica de São José, Alessandra Arruda. O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), sugeriu a realização do programa e participa como debatedor.

A situação da epidemia no estado também foi abordada no telejornal Primeira Hora do dia 13, onde a diretora geral da Secretaria de Estado da Saúde, Carmen Zanotto, informou que, a partir de setembro, o exame para

identificar a doença será realizado em Santa Catarina e não mais em outros estados. Ela confirmou a notificação de 128 casos no estado, 675 em investigação, além de seis óbitos em razão da doença. A causa de outras 36 mortes está sendo apurada. A medicação indicada para o tratamento da gripe está distribuída por todo o estado, garantiu a diretora.

Em razão da gripe, a segunda etapa de vacinação contra a paralisia infantil, prevista para o dia 22 de agosto, foi cancelada.



Parlamento tem vários pontos para higienização das mãos com álcool gel

Deputada pede proteção a gestantes

A deputada Ana Paula Lima (PT) apresentou na Assembleia Legislativa, dia 12, requerimento para que entidades empresariais, do comércio e hospitalares orientem seus associados a adotar medidas de proteção às funcionárias gestantes para evitar o contágio com o vírus da gripe A (H1N1). Consideradas grupo de risco no contágio da gripe, as

gestantes já representam cerca de 14% das vítimas fatais no Brasil. Ana Paula entende que o afastamento das gestantes do contato direto com o público, em locais propícios ao contágio pela doença, poderá, além de protegê-las, contribuir para a tranquilidade das famílias.

"A prevenção ainda é o melhor caminho. Temos a certeza

de que o simples ato de afastar as mulheres grávidas que trabalham no atendimento direto ao público seria de extrema relevância neste momento. Além disso, as empresas poderiam remanejar essas profissionais para setores com maior segurança", justificou a deputada, que é enfermeira e atuou muitos anos na área de saúde.